

Ensino Privado no Brasil

Eunice Ribeiro Durham e Helena Sampaio

DOCUMENTO
DE TRABALHO
3 / 95

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior
da Universidade de São Paulo

NUPES

Núcleo de Pesquisas
sobre Ensino Superior

Universidade de São Paulo

O Ensino Privado no Brasil

Eunice Ribeiro Durham

e

Helena Sampaio

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da
Universidade de São Paulo

O ENSINO PRIVADO NO BRASIL

1. Introdução

O crescimento do ensino superior privado é um fenômeno que tem afetado, de modo particular, os países em desenvolvimento. Na América Latina, o Brasil é um país na qual esta tendência se manifestou precocemente e hoje cerca de dois terços de todas as matrículas no ensino superior pertencem ao setor de escolas particulares.

Daniel Levy mostra, em seu trabalho pioneiro¹ que na maioria dos países da América Latina, o setor privado se originou com as escolas e universidades católicas. Há que se observar, entretanto que as instituições católicas se estabeleceram antes como um setor semi-público do que estritamente privado, tendo dependido, em maior ou menor grau, de financiamento estatal². A política da Igreja em relação à educação superior sempre foi a de reivindicar para si um *status* especial, seja como responsável pelo ensino em nome do Estado, como ocorria no passado, seja, pelo menos, como provedora de um setor confessional alternativo, financiado nos mesmos moldes do ensino público. Esta concepção logrou realizar-se em muitos países. Na Europa, a Bélgica e a Holanda são casos clássicos, como Chile e Colômbia o são na América Latina. O ensino propriamente privado, que tem se expandindo enormemente nas últimas décadas, tem outro caráter: é laico e boa parte dele se organiza como empresa que, explícita ou disfarçadamente, tem como intuito a obtenção de lucro – trata-se, portanto, de um negócio. Para entender esta situação tal como se apresenta hoje no caso brasileiro, é necessário uma pequena introdução histórica.

¹ Levy, 1986.

² Durham, E.R., 1994

2. A história do ensino privado no Brasil

Ao contrário do que aconteceu na América Hispânica, o Brasil não possuiu universidades nem outras instituições de ensino superior durante todo o período colonial, pois a coroa portuguesa monopolizava na Metrópole a formação de nível superior. Mesmo a iniciativa jesuíta de estabelecer um seminário maior, que pudesse outorgar diplomas de teologia, foi destruída, com boa parte do pouco ensino organizado que então havia na colônia, quando ocorreu a expulsão da Ordem de Jesus, efetuada pelo Marquês de Pombal no final do século XVIII. Foi apenas no início do ano seguinte, quando a Corte portuguesa, ameaçada pela invasão napoleônica da Metrópole, se trasladou, em 1808, para o Brasil, que tem início a história do ensino superior no país³.

O início do século XIX testemunhou uma tendência, nos países católicos da América Latina, de substituir as antigas universidades da contra-reforma por um novo sistema de ensino superior estatal e laico, que acompanhou o estabelecimento dos governos republicanos nos novos países independentes. No Brasil, a história seguiu um rumo diferente. Com a presença da corte portuguesa, a independência deu-se com a preservação da Monarquia e da própria dinastia de Bragança até o final do século, num desenvolvimento histórico marcadamente diverso daquele que caracterizou os demais países do continente. Na área educacional o processo também foi diferente. Embora se tenha constituído um sistema secular (seguindo uma tradição já existente em Portugal desde o século anterior), não se criaram universidades, mas escolas profissionais autônomas diretamente subordinadas à Coroa para a formação de profissionais liberais, seguindo, portanto, o modelo napoleônico. Outra influência do modelo de formação profissional no Brasil foi o

³ Nesse ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia da Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia) e de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio. Dois anos mais tarde, em 1810, foi fundada a Academia Real Militar, que se transformou em Escola Central, depois Escola Politécnica (hoje Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Schwartzman, 1991 b.

pragmatismo que havia orientado o projeto de modernização em Portugal no final do século XVIII, cuja expressão mais significativa no campo educacional foi a reforma da Universidade de Coimbra. O que acabou prevalecendo no Brasil, como na França e em tantas outras partes, foi essa orientação voltada para formação para as profissões liberais em escolas autônomas.

Ao longo do século XIX, a Coroa manteve o monopólio do ensino superior e não permitiu que ele se expandisse de forma significativa. Até 1900 não havia mais de 24 dessas escolas de formação profissional⁴. A vinculação entre Estado e Igreja, por outro lado, colocava esta em posição subalterna, e não lhe abria espaço na educação de nível superior. Foi a disseminação das idéias positivistas que, ao valorizarem o conhecimento técnico e a educação, contribuiu para abrir o sistema a iniciativas outras que não a do governo central. Embora valorizando uma educação laica, o rompimento do monopólio da coroa na criação de instituições de ensino superior abriu espaço também para as iniciativas confessionais.

Com a proclamação da República, e como resultado dessas novas concepções, a nova Constituição descentralizou o ensino superior e permitiu a criação de instituições privadas. Entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, foram criadas no país⁵. Tínhamos, de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa ao ensino laico e, de outro, iniciativas de elites locais que buscavam dotar os seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Algumas contaram com o apoio estadual, outras foram exclusivas de setores privados. Finalmente, existiram iniciativas do próprio governo federal.

Data dessa época, portanto, a diversificação do sistema que marca até hoje o ensino superior brasileiro: instituições públicas e laicas, federais ou estatais, ao lado de instituições privadas, confessionais ou seculares que derivam de iniciativas da comunidade local. O ensino público é praticamente gratuito e os demais estabelecimentos são sustentados pelo pagamento de mensalidades pelos estudantes.

⁴ Teixeira, 1969.

⁵ Teixeira, 1969.

Ainda eram escassas nesse período as instituições do ensino privado organizadas como empresas lucrativas, as quais vieram a predominar no período mais recente.

Durante a primeira República, continuou a prevalecer o modelo de escolas autônomas para a formação de profissionais liberais. As tentativas de criação de universidades foram raras e nenhuma delas se consolidou⁶. No final desse período, a situação mudou substancialmente. A década de 20 presenciou um grande movimento de modernização do país. Ao lado de transformações econômicas que decorreram da industrialização, houve uma verdadeira renovação cultural que encontrou sua expressão mais visível na Semana de Arte Moderna de 1922. Esse movimento cultural deu-se também na educação e uma plêiade de educadores propôs, e em parte realizou, profundas reformas em todos os níveis de ensino. O movimento da Escola Nova foi um dos mais expressivos desta época. Embora não se constituísse enquanto um projeto totalmente definido, conforme observa Schwartzman, o movimento “estruturava-se ao redor de alguns grandes temas e alguns nomes destacados. A escola pública, universal e gratuita fincaria sua grande bandeira”⁷. Entre os nomes que sobressaem neste movimento temos Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Manuel Lourenço Filho. Foi este mesmo grupo que propôs a modernização do ensino superior, defendendo a criação de universidades que não fossem meras instituições de ensino, mas “centros de saber desinteressado”.

A reforma educacional de Francisco Campos, Ministro da Educação de Vargas que reorganizou todo o sistema, deu-se nessa época (1931), que marca o fim da Primeira República e o início do Estado Novo. Essa reforma atingiu a todos os níveis de ensino e definiu, pela primeira vez, o formato legal ao qual deveriam obedecer as universidades a serem organizadas no Brasil. Nesta legislação ficou

⁶ A quase ausência de manifestações a favor da criação de universidades durante a Primeira República contrasta com os períodos Colonial e Imperial, quando dezenas de projetos apontavam para as vantagens da criação de uma universidade no Brasil. Anísio Teixeira conta para o período de 1808 a 1872, vinte e quatro projetos. Souza Campos enumera trinta tentativas, incluindo-se a dos jesuítas (1592) e dos incondentes (1789) antes de D. João VI e seis ainda depois do Império. Há uma certa disputa sobre a qual teria sido a primeira universidade brasileira. A primeira universidade federal, no entanto, foi certamente a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 como uma federação de estabelecimentos isolados, com o único propósito, diz a lenda, de outorgar o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Alberto da Bélgica, em visita oficial ao Brasil. Teixeira, 1969. Ver também Cunha, 1986.

⁷ Schwartzman, Bomeny e Costa, 1984, p. 52.

reconhecida a liberdade da iniciativa privada para a constituição de estabelecimentos próprios, ainda que sob supervisão governamental. Os decretos de número 42/83, 2.076/40 e 3.617/31 da reforma estabeleciam que a criação e a manutenção de cursos de nível superior “era livre e os poderes públicos, pessoas naturais e jurídicas de direito privado poderiam ministrá-los, desde que autorizados pelo governo federal⁸”. A reforma previa, portanto, a regulamentação de todo o ensino superior, tanto público como privado, pelo governo central. Além disso, a legislação entrava em detalhes e dispunha sobre questões como cobranças de taxas e pagamento de mensalidades pelos estudantes. Ocorreu, portanto, um nítido reforço da tendência centralista.

A transição entre esses dois períodos foi marcada por intensa disputa por hegemonia em relação à educação, em especial ao ensino superior, que se tratava entre as elites católicas e laicas. Esta disputa transcorreu em um contexto político mais amplo, no qual Francisco Campos atuou enquanto o artífice da aproximação política entre Getúlio Vargas e a Igreja Católica. Foi na área da educação que o pacto entre a Igreja e o Estado se mostrou de forma mais clara⁹, interrompendo o período de estrita separação entre Estado e Igreja que havia sido implantado com a República. Em troca de uma ideologia que desse substância, apoio e conteúdo moral ao novo regime, Francisco Campos, na posição de Ministro da Educação, oferecia à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ensino primário e secundário das escolas públicas de todo o país, o que, de fato, ocorreu mediante o decreto de abril de 1931. As ambições da Igreja não paravam por aí, e os católicos sentiam-se ameaçados face a presença de outros grupos em uma área tão estratégica como a educação. Opunham-se, particularmente, ao que percebiam como tendências estatizantes e laicizantes em Aloísio Teixeira (influenciado pela pedagogia pragmática norte-americana) e Fernando Azevedo (influenciado pela sociologia francesa) que, à época, ocupavam posições de responsabilidade no Rio de Janeiro e em São Paulo.

⁸ Mendes e Castro, 1984, p. 33.

⁹ Scharzman, Bomeny e Costa, 1984.

A história da criação da universidade no Brasil traduz bem a tentativa do Ministro da Educação de acomodar os diferentes atores em cena. A universidade a ser estabelecida pelo governo central no Rio de Janeiro deveria ficar sob controle e supervisão estritos da Igreja, enquanto que a Universidade do Distrito Federal, sob a liderança de Anísio Teixeira e proteção do governo local, pretendia ser um centro de pensamento libertário e leigo. A ambigüidade que por ventura existisse no governo Vargas entre suas facções à direita e à esquerda desapareceram em 1935 na repressão a uma insurreição comunista em alguns quartéis, e pouco depois a Universidade do Distrito Federal foi fechada. Por outro lado, a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Brasil, criada em 1939, seria constituída sob forte influência católica, mas não a ponto de satisfazer às aspirações da Igreja, que buscava uma universidade sob seu estrito controle. Derrotada em suas pretensões de controle do ensino público, a Igreja Católica tomou a iniciativa de criação de estabelecimentos católicos privados. A primeira Universidade Católica, a do Rio de Janeiro, foi criada cinco anos mais tarde, em 1944. Consolidou-se, assim, no Brasil, nessa época, um sistema dual, no qual coexistem instituições públicas e privadas, laicas e confessionais. Esse sistema é, desde sua origem, bastante heterogêneo, pois implica também a coexistência de universidades e instituições isoladas. Além disso, o setor público compreende instituições federais e estaduais.

Se o início do que chamamos de primeiro período moderno (1931-1945) foi marcado pela luta entre as elites católicas e laicas, o seguinte, que se inicia com a queda de Vargas e se estende até a década de 60 inclusive, presenciou outras lutas, cujo ator principal não era mais a elite intelectual, mas o movimento estudantil. Uma das características fundamentais desse movimento residiu na defesa do sistema público, inclusive com a reivindicação de eliminação, por absorção pública, de todo o setor privado. Além disso, as militâncias estudantis desse período sempre defenderam o modelo de universidade em oposição às escolas isoladas autônomas.

Esse tipo de reivindicação marcou todo o debate que se travou durante a década de 50 em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (aprovada pelo Congresso em 1961) e foi um dos focos principais da

intensa agitação estudantil da década de 70¹⁰. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação passou a ser atribuição do Conselho Federal de Educação a deliberação de assuntos tais como a criação, expansão e funcionamento de instituições do ensino superior. Ao Ministério da Educação, submetido agora ao Conselho, restava homologar as decisões deste órgão que, segundo recomendação da própria Lei, deveria ser constituído mediante representação adequada tanto ao ensino público como ao privado. Desde então, o Conselho Federal de Educação se tornou a arena privilegiada para o lobby dos interesses do setor privado de ensino superior.

Durante o período autoritário, a partir 1964, ocorreu o desmantelamento do movimento estudantil. Decreto-Lei do então Presidente Castelo Branco de 1967 vedava “aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial e religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares¹¹”. As universidades públicas eram vistas, por parte do regime militar, como focos de subversão, e mantidas sob constante vigilância. A luta entre o movimento estudantil e o governo militar chegou ao auge em 1968, na esteira das grandes manifestações estudantis dessa época e terminaram com a destruição do movimento pela repressão. Todavia, ao contrário de outros países da América Latina, como Argentina e Chile, onde os regimes autoritários provocaram uma queda drástica nas matrículas e, conseqüentemente, uma contração de seus sistemas universitários, no Brasil, a repressão política não sustou o crescimento do ensino superior, público ou privado. Este último, especialmente, ampliou-se de maneira extraordinária entre 1965 e 1975.

A redemocratização não promoveu o ressurgimento do movimento estudantil, mas o movimento de docentes universitários, surgido na década de oitenta como parte da resistência ao regime militar, veio a incorporar a mesma reivindicação: o ensino gratuito e o modelo de universidade que associa ensino e pesquisa. Este modelo, na verdade, orientou, pelo menos formalmente, a política de investimentos públicos, a qual se dirigiu no sentido de criar novas universidades ou fundir

¹⁰ Sobre as aspirações estudantis nessa época ver: Martins, 1981 e Forachi, M. 1972.

¹¹ Artigo 11 do Decreto-Lei nº 228 de 18 de fevereiro de 1967. Ministério da Educação e Cultura/INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), Ensino Superior, Coletânea de Legislação Básica, Primeira Edição, s/d.

estabelecimentos isolados em instituições universitárias. Nestas, as atividades de pesquisa constituíram, se não uma realidade, pelo menos um objetivo formal. Enquanto isso, com raras exceções, o ensino privado continuou voltado primordialmente para o ensino atendendo à demanda do mercado que se dirigia exclusivamente nessa direção¹² e se expandiu extraordinariamente.

Uma das acusações básicas dirigida ao governo militar foi exatamente a de que ele havia promovido, na década de setenta, a expansão do setor privado em detrimento do público. Embora a expansão do setor privado tenha sido mais intensa durante esta década, mais precisamente entre 67 e 80, período que coincide com o regime militar no país, o crescimento do setor público é particularmente elevado nesse período. Mais ainda, os dados disponíveis contradizem a imagem corrente de que o ensino superior privado foi insignificante até o início do regime militar e cresceu apenas a partir da década de setenta. Uma análise das estatísticas disponíveis revela um processo bastante diverso daquele que é apresentado no debate ideológico.

3. O público e o privado

As matrículas

Os dados do Ministério da Educação para o ensino superior, disponíveis a partir de 1933, indicam uma surpreendente importância do setor privado desde o início do período documentado. Assim, já nos anos 30, quando foi criada a primeira universidade brasileira, o setor privado respondia por cerca de 60% dos estabelecimentos de ensino superior e por 43.7% das matrículas, percentual que se mantém muito estável até 1965, quando atinge 43.8%. Combinando os dados disponíveis do Ministério da Educação, com a consolidação de diferentes fontes elaboradas por Levy¹³ para o período 1940-1980, chegamos aos resultados do Quadro I, os quais, embora não sejam completos nem inteiramente coerentes – pois

¹² Durham, E.R., 1993^a, p. 7.

¹³ Levy, 1986.

derivam de fontes diversas – certamente fornecem ma aproximação inicial interessante.

Quadro 1 – Evolução das Matrículas e Estabelecimentos Privados (1933 – 1990)

Ano	Matrículas		Estabelecimentos	
	(N)	(%) sobre o Total	(N)	(%) sobre o Total
1933	14.737	43.7	265	64.4
1935	16.590	48.5	259	61.7
1940	12.485	45.1	293	62.5
1945	19.968	48.0	391	63.1
1950	(*)	(*)	(*)	(*)
1955	72.652	42.3	(*)	(*)
1960	93.202	41.2	(*)	(*)
1965	142.386	43.8	(*)	(*)
1970(**)	425.478	50.5	631	43.4
1975	300.657	61.8	645	75.0
1980	879.565	63.3	682	77.3
1985	804.740	61.3	628	73.2
1990	961.885	62.5	696	75.8

(*) = Dados não disponíveis

(**) = Dados referentes ao ano de 1973

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados do Ministério a Educação (Anuários Estatísticos) e Levy, D., 1986

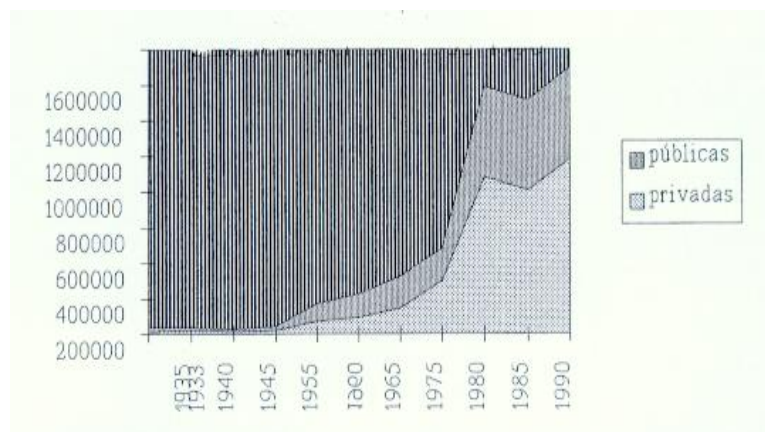


Figura 1 – Brasil, Matrículas Privadas e Públicas no Ensino Superior (1933-1990)

É possível identificar dois períodos distintos, o que vai de 1933 a 1965, e o de 1965 até o presente (Figura 1). Não levando em consideração os anos que revelam variações bruscas e atípicas, que parecem resultar de acidentes estatísticos, verifica-se uma enorme estabilidade da participação relativa do setor privado no primeiro período e no final do segundo, apesar do grande crescimento no número total de matrículas. Há, na realidade, dois períodos na participação relativa do setor privado, intercalados por um outro de enorme crescimento.

De fato, a partir de 1965 há uma mudança de patamar. Se em 1969 o setor privado absorvia 46.0% das matrículas totais do país, no final da década seguinte, em 1979 ele passa a absorver 62.3%, confirmando, embora apenas parcialmente, a visão prevalecente de um favorecimento do setor privado por parte do regime militar. Dizemos parcialmente porque, em números absolutos verifica-se um substancial crescimento do setor público e não apenas do privado. A matrícula no setor público aumentou, nesse período, de 185.060 a 490.078, ou seja, teve um incremento e 260%. Não houve, portanto, privatização do ensino, mas uma expansão mais rápida no setor privado que cresceu, nesse mesmo período 512%. Era uma expansão que já se anunciava, uma vez que entre 1940-1960 o número de matrículas do setor privado passou de 27.671 para 93.202, ou seja, mais do que triplicou.

Na realidade, todo o sistema de ensino superior no Brasil no período pós-guerra estava se expandindo, ainda que de forma lenta e sem uma política explícita de incentivos. Tratava-se e um ajustamento à demanda crescente dos setores médios, produto do processo de desenvolvimento urbano-industrial. Foi nessa época que a rede de universidades federais se desenvolveu, que foi criada a Pontifícia Universidade Católica do Rio e Janeiro, a primeira de ma série de universidades católicas, que o sistema universitário estadual paulista se expandiu, e que surgiram outras instituições menores, estaduais e municipais, em outras regiões do país.

No final da década de 60, a expansão do sistema de ensino superior já havia, efetivamente, adquirido novas características. Em cerca de vinte anos, o número de matrículas no ensino superior passou de 83.902 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentaram as maiores taxas de crescimento.

Em parte, este crescimento respondeu às necessidades profissionais e técnicas de uma economia que se desenvolvia e modernizava, e necessitava de mais quadros qualificados. Mas esta necessidade de aumento de qualificação técnica e profissional é responsável apenas pelo desenvolvimento de alguns setores muito limitados do conjunto do ensino superior: em algumas carreiras nas universidades públicas, e em umas poucas universidades particulares, que incorporaram os formatos organizacionais e a ênfase na pesquisa preconizados pela reforma universitária de 1968, a qual consagrou, no papel, o princípio da indissolubilidade do ensino, da pesquisa e da extensão¹⁴. A imensa maioria das instituições particulares respondeu da forma mais econômica possível à expansão da demanda por educação ocorrida naqueles anos, através de cursos nas áreas sociais e nas profissões ligadas às atividades comerciais ou ao serviço público, como administração, contabilidade e direito. A partir de 1979, a participação das matrículas privadas tendeu a se estabilizar mais uma vez, agora num patamar mais elevado, com ligeira tendência declinante – de 64.7% em 1979 passou a 62.8% em 1991.

As instituições

Quando se comparam dados referentes ao número de matrículas e de estabelecimentos (Quadro I), verifica-se que a participação do setor privado no sistema em termos de número de estabelecimentos sempre foi muito maior do que em termos de número de matrículas. Em 1933, por exemplo, o setor privado era responsável por 43.7% das matrículas, e 60.4% o número e estabelecimentos. Isto se deve a que, no setor privado, havia a predominância quase total de escolas isoladas de pequeno porte, enquanto que o crescimento pouco significativo do número de instituições públicas, aliado ao aumento das matrículas, é indicativo da tendência deste setor à criação de estabelecimentos maiores.

Na verdade, desde a década de 30, o setor público se orientou no sentido de aglutinar escolas isoladas em universidades, favorecendo os estabelecimentos de grande porte que contemplavam um número mais amplo possível de diferentes áreas

¹⁴ Durham, E.R., 1994.

de conhecimento e de formação profissional¹⁵. O aumento da matrícula é concomitante a este processo¹⁶.

No setor privado, esta tendência é muito mais recente. Sua enorme expansão nas décadas de 60 e 70 se deu mediante a multiplicação de instituições de pequeno porte, muitas das quais resultantes da transformação de antigas escolas secundárias. Apenas na década de 80 houve uma queda relativa do número de estabelecimentos privados, enquanto o número de matrículas se manteve estável. Estes números refletem um processo de aglutinação das instituições privadas, primeiro como federações de escolas, e mais tarde como universidades propriamente ditas.

O aumento do tamanho das instituições particulares é, portanto, posterior ao das públicas e se dá tanto por meio de aglutinação de escolas com via expansão para novas áreas por parte de instituições que inicialmente ofereciam apenas uns poucos cursos.

Este movimento é claramente discernível no aumento, a partir da segunda metade da década de 70, de uma nova forma institucional: as federações de escolas. Embora não possuam o **status** de universidade, as federações tendem a rivalizar-se com estas em termos de números de alunos.

Quadro 2 – Evolução dos Tipos de Instituições de Nível Superior

Ano	Universidades			Estabelecimentos Isolados			Federações			Total
	Pub	Priv	Mun	Pub	Priv	Mun	Pub	Priv	Mun	
1970*	31	15	01	81	463	48	---	---	---	639
1975	36	20	01	92	625	86	---	---	---	860
1980	43	20	02	65	643	89	01	10	0	882
1985	46	20	02	82	548	102	0	58	01	859
1990	52	40	03	86	582	81	0	74	0	918
1995**	64	59	04	66	490	81	0	84	03	851

Obs.: Os dados públicos referem-se à soma Federais + Municipais

(---): Até 1975 não havia a divisão dos dados por Federações

(*): Dados referentes ao ano de 1971

(**): Dados referentes ao ano de 1994

Fonte: Sinopse Estatística, Ministério da Educação

¹⁵ As universidades públicas, no entanto, por serem criadas por lei, não necessitavam de autorização ou reconhecimento de seu status universitário para funcionarem.

¹⁶ Durham, E. R., 1994

O movimento para a criação de universidades privadas em substituição às escolas isoladas e à federação de escolas é bem mais recente e se acelerou enormemente a partir de 1988, data da nova Constituição.

Tradicionalmente e, especialmente, em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, o Conselho Federal de Educação exerceu um excessivo controle burocrático sobre a expansão e a organização do setor privado. Tanto a criação de novas instituições de ensino superior privado como o estabelecimento de novos cursos e, inclusive, o aumento de matrículas dependiam da aprovação prévia do Conselho.

Ao estabelecer a autonomia didática, administrativa e financeira para todas as universidades, tanto públicas como particulares, a Constituição criou um instrumento que permitia ao setor privado escapar dos controles do Conselho – era o de se transformarem em universidades. Desde esta época, com efeito, o Conselho foi inundado com pedidos para transformação de federação de escolas em universidades. Como um dos critérios básicos para a ascensão ao status de universidade residia na universalidade do campo de conhecimento, isto implicou na ampliação ainda maior do porte dos estabelecimentos. Paralelamente ao preenchimento de pré-requisitos burocráticos, ocorreu uma enorme pressão política no sentido de facilitar esta transformação, o que acabou provocando, em 1994, a própria extinção do Conselho em virtude de suspeitas de corrupção generalizada.

4. Ensino e Pesquisa

A dinâmica da relação entre ensino público e ensino privado no Brasil responde, desde a década de 30, a um projeto de modernização elaborado por uma elite intelectual laica, a qual, ao defender o ideal de universidade em oposição ao sistema anterior de instituições isoladas está propondo a institucionalização da pesquisa no interior o sistema.¹⁷

Esta proposta tornou-se ideologicamente dominante e associou-se a uma defesa inflexível da universidade pública enquanto única forma possível de realização desse ideal. A questão da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, que caracteriza o discurso os defensores do papel do Estado na oferta de ensino superior, expressa, no debate público essa posição.

De um modo geral, quando se analisa a evolução do sistema, constata-se que, de fato, o setor público se orientou na direção e realizar o modelo dominante, criando universidades de caráter médio e grande porte, multidisciplinares, as quais, pelo menos formalmente, implementaram a pesquisa como parte de suas atribuições institucionais.

Com efeito, até 1985 constata-se que é no setor público que se concentram as universidades ao passo que a predominância de instituições menores, não universitárias, no setor privado está associada a uma preocupação quase que exclusiva com o atendimento da demanda por ensino. As poucas exceções praticamente limitam-se a algumas universidades católicas, que se propõem enquanto uma alternativa confessional às universidades públicas.

Embora o desenvolvimento da pesquisa no setor público – tão defendido no plano ideológico – tenha se realizado muito parcialmente na prática, concentrando-se em umas poucas instituições federais e estaduais, a alta concentração dos cursos de pós-graduação neste setor indica claramente que a valorização da pesquisa o distingue do setor privado, que é voltado preferencialmente para os cursos de graduação.

¹⁷ Durham, E. R., 1993^a

Quadro 3 – Conclusão de Mestrados e Doutorados por Dependência Administrativas, em percentuais

Dependência Administrativa	Alunos Titulados	
	Mestrado	Doutorado
Federais	61.9	38.5
Estaduais	27.5	56.5
Particulares	10.6	5.0
Total	100	100

Fonte: MEC/CAPES.

Esta mesma diferença se manifesta quando se compara a titulação do corpo docente nas instituições privadas e públicas (Quadro 4). São estas últimas, conforme se observa no quadro abaixo, que concentram a maioria dos mestres e a quase totalidade dos doutores.

Quadro 4 – Grau de Formação do Corpo Docente das Instituições de Ensino Superior por Natureza Administrativa, em percentuais

Titulação	Tipos de Instituições					
	Federais	Todas as Estaduais	Estaduais Paulistas	Municipais	Particulares	Todas as Instituições
Graduação	29.7	28.0	18.4	37.0	40.7	34.4
Especialização	22.5	13.7	---	34.4	36.2	31.6
Mestrado	31.1	24.4	26.5	15.2	16.6	21.1
Doutorado	16.6	33.9	55.1	4.3	6.5	12.9

Fonte: MEC/SENESu

Quando se analisa a evolução do sistema de ensino superior brasileiro, o que se verifica, portanto, é que a opção do setor público para a criação de grandes universidades, que aliassem o ensino à pesquisa, implicou um aumento progressivo do custo absoluto e relativo do ensino público, limitando sua expansão e abrindo ao setor privado, a oportunidade de atender à demanda massiva que o Estado não conseguia absorver.

Esta situação, todavia, tende a se transformar rapidamente. Em primeiro lugar, porque a pressão pela criação de universidades particulares, tratada no item

anterior, vem provocando uma contra pressão inversa no setor público, no sentido de estabelecer, como critério para reconhecimento do status de universidade, a existência de alguma produção científica e de cursos de pós-graduação. O setor privado, por sua vez, parece estar se movendo no sentido de atender a esta exigência, mediante, inicialmente, a multiplicação de cursos de especialização. Ainda que esses cursos não obedeam à sistemática estabelecida para os mestrados e doutorados, pertencem formalmente ao nível de pós-graduação.

Em segundo lugar, a Constituição estabeleceu também o direito à aposentadoria com salário integral muito precoce para todos os docentes das instituições públicas, inclusive as de nível superior. Com efeito, a aposentadoria é permitida para mulheres após 25 anos de exercício de magistério e 30 para os homens. Com isso as universidades públicas estão liberando um grande número de doutores e mestres, que encontram oportunidades adicionais de remuneração acumulando a aposentadoria no setor público com emprego no setor privado. Outro fator que está contribuindo para aumentar a qualificação do corpo docente das instituições privadas, sobretudo aquelas localizadas nos centros de concentração de cursos de pós-graduação, é a incapacidade das instituições públicas de absorverem o contingente de mestres e doutores por elas formados. Estes professores, que não encontram oportunidades dentro do setor público para desenvolverem suas carreiras universitárias, acabam sendo contratados pelo setor privado. Esse quadro indica o início de um movimento de aumento de qualificação de docentes do setor privado. Este movimento, embora seja alimentado, nos dois casos apresentados acima, pelo setor público de ensino superior, acaba contribuindo para que o setor privado cumpra satisfatoriamente os novos requisitos para a transformação das instituições existentes em universidades.

5. A heterogeneidade interna do setor privado

Sob a denominação genérica “setor privado”, ocultam-se importantes diferenças que as estatísticas não registram.

A primeira delas diz respeito à oposição entre instituições confessionais e leigas. É necessário uma pesquisa específica para o acompanhamento dos dois

setores. Sabemos, a partir de estudos pontuais existentes é que, até o início da grande extensão das matrículas, isto é, final da década de 60, o ensino confessional não só tinha um peso maior no conjunto do setor privado do que possui hoje, como também estava praticamente restrito à Igreja Católica.

O período de expansão das matrículas marca o ímpeto muito mais agressivo de iniciativas laicas de cunho empresarial que passam a dominar o setor. Além disso, ocorre também, no período mais recente, a criação de instituições confessionais não católicas, especialmente metodista e luterana.

Outra distinção, que se sobrepõe a esta, é a que existe entre instituições empresariais e as chamadas comunitárias. O setor comunitário compreende instituições sem fins lucrativos – embora os alunos também paguem mensalidades – com vocação de prestação de serviços educacionais à comunidade. Algumas delas, inclusive, são classificadas como filantrópicas, beneficiando-se de isenções fiscais importantes. As instituições comunitárias abrangem a maioria das confessionais, mas inclui um outro grupo significativo, restrito à região sul do país. Trata-se, neste caso, de iniciativas municipais que, não se caracterizando oficialmente como públicas, também não são gratuitas. A ideologia que cerca as instituições comunitárias é a de que correspondem a uma alternativa não estatal ao ensino público, oferecendo um ensino de melhor qualidade e a um custo menor ao das demais instituições do setor privado. De fato, alguns estabelecimentos comunitários correspondem a essa definição e uma minoria compete, em termos de qualidade, com as universidades públicas.

O aprofundamento desta questão deve, entretanto, aguardar o término de pesquisas que ainda estão em andamento.

6. A distribuição regional do setor privado

Se a distribuição das matrículas no ensino superior acusa uma grande desigualdade regional, verifica-se facilmente que essa desigualdade se deve antes à concentração de instituições particulares nos estados economicamente mais

desenvolvidos do que ao abandono, pelo setor público, das regiões mais pobres. O ensino superior público, com efeito, está distribuído de forma mais equitativa que o ensino privado.

A análise mais detalhada desta distribuição deve ser feita com cautela, uma vez que as estatísticas oficiais apresentam grandes lacunas. Assim, o período que vai de 1950 a 1965 não está coberto e as inferências têm que ser feitas a partir das tendências do período anterior (1933-1945) e do período posterior (1970-1990).

Além do mais, há bruscas variações que podem decorrer tanto de deficiências na coleta de dados como, no caso de regiões de número muito reduzido de instituições de ensino superior, da criação de um único estabelecimento público ou privado.

Apesar disso, é possível observar tendências importantes, fazendo-se a análise em duas direções. A primeira é interna ao setor privado; trata da evolução da distribuição relativa das matrículas do setor por região, o que corresponde ao investimento diferencial que é feito nas diferentes regiões do país. Como era previsível, vamos verificar que as matrículas do setor privado concentram-se nas regiões de maior poder aquisitivo e acompanham, no tempo, o crescimento econômico.

Quadro 5 – Distribuição Regional das Matrículas Privadas de Ensino Superior (1933-1990)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Total
1933	3.0	15.9	64.0	16.6	0.6	14.737
1935	2.8	14.5	65.5	15.7	1.6	16.590
1940	2.9	12.1	67.4	17.6	0.0	12.485
1945	1.3	14.0	67.0	17.2	0.5	19.968
1950	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1955	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1960	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1965	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1970(**)	0.0	8.3	75.9	9.8	6.0	133.628
1975	0.6	2.7	87.1	6.4	3.1	300.657
1980	0.6	8.6	71.5	15.3	4.0	879.565
1985	1.0	9.3	67.2	18.0	4.5	804.740
1990	1.3	8.5	68.5	15.8	5.8	961.855

(*): Dados não disponíveis

(**): Dados referentes a 1973

A região Norte, por exemplo, entre 1933 e 1945, absorveu em média apenas cerca de 2,5% do total das matrículas do setor privado. Em 1970, o ensino superior privado havia desaparecido da região e, vinte anos depois, em 1990, após um modesto crescimento, não atinge os níveis de 1933, pois soma apenas 1,3% das matrículas do setor.

No Nordeste, o que se nota, entre 1933 e 1990, é um gradual declínio de sua capacidade de alimentar o setor privado. Há algumas oscilações bruscas, que ocorrem quando se cria um novo estabelecimento privado ou quando outro é absorvido pelo setor público. Mas a redução que ocorre entre 1933 e 1990 – de 16% para 8,5% do total de matrículas do setor particular – indica claramente que a pobreza da região, no conjunto do país, afasta o investimento particular no ensino superior.

No Centro-Oeste, região quase despovoada em 1933 e que tem apresentado índices de crescimento populacional e econômico significativos, os dados indicam oscilações muito bruscas, as quais se devem ao número muito reduzido de estabelecimentos e de matrículas. A criação de um único estabelecimento, e/ou o fechamento de outro resultam em aumento ou diminuição drásticos do percentual de matrículas em relação à nação. O que se pode inferir, desconsiderando essas variações, é que o setor privado declinou até 1945. Havia crescido em 1970 a ponto de absorver 6,0% das matrículas regionais, tendo se mantido, em média, nesse patamar.

No Sul, o setor privado é relativamente estável entre 1933 e 1945, girando em torno de 16% e 17% do total de matrículas. Em 1970, havia declinado para pouco menos de 10% e, mediante sucessivas oscilações, cresce até atingir novamente quase 16% em 1990, isto é, índice semelhante ao que apresentava em 1933.

É no Sudeste, realmente, a região mais rica e desenvolvida, que se concentra a enorme expansão do setor privado. Em 1933, a região já absorvia 64% de todas as matrículas em instituições particulares existentes no país. Ao longo dos anos, nota-se um gradual e consistente aumento da participação total de matrículas, absorvendo um máximo de 87% em 1975. Desde essa data até 1990, a participação relativa declina para 68,5%.

Em que pese essa enorme desigualdade na distribuição regional do setor privado, quando se compara, na mesma região, o percentual de alunos na rede pública e na rede particular, constata-se a importância do setor privado em todas elas, embora não na mesma proporção (Quadro 6).

Quadro 6 – Participação de Matrículas Privadas sobre o Total de Matrículas de Ensino Superior segundo as Regiões (1933-1990)

Anos	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Priv %	Total	Priv %	Total	Priv %	Total	Priv %	Total	Priv %	Total
1933	67.3	651	54.5	4.313	36.9	25.508	79.2	3.081	64.8	128
1935	69.5	659	47.8	5.019	44.2	24.579	72.2	3.606	85.8	311
1940	53.7	670	44.0	3.421	42.4	19.866	60.1	3.657	0	57

1945	43.2	597	50.2	5.574	45.3	29.535	59.0	5.834	100.0	97
1950	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1955	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1960	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1965	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1970(**)	0.0	5.441	44.4	25.104	68.7	147.555	48.3	27.090	58.8	13.660
1975	18.1	10.632	25.1	32.563	(*)	(*)	45.9	42.141	57.4	16.282
1980	18.1	29.456	34.6	218.601	75.6	832.456	58.5	229.756	52.3	67.017
1985	23.5	35.107	33.2	226.059	56.1	962.905	53.6	270.573	49.2	72.938
1990	27.8	44.306	33.3	247.064	75.8	869.560	53.1	286.080	60.6	92.800

(*): Dados não disponíveis

(**): Dados referentes a 1973

Fonte: Ministério da Educação

No Norte, apesar de sua importância reduzida no conjunto do setor privado do país, as instituições particulares absorviam, em 1933, mais de 67% do total de matrículas da região. Este índice declina gradualmente, indicando a ampliação do setor público. Em 1975 correspondem a 18% do ensino superior da região; a partir de então cresce para atingir quase 28% em 1990 (Quadro 7).

Este movimento de declínio e retomada de crescimento repete-se nas regiões Sul e Centro-Oeste. No Nordeste, ao contrário, a participação relativa do setor privado no conjunto da região é de declínio gradual, mas constante, passando de 54,5% em 1933 para 33,3% em 1990. Mais uma vez, é no Sudeste que a participação relativa do setor privado tende a apresentar um crescimento contínuo desde 1933, quando correspondia a 40% do total das matrículas da região até 1990, quando abrangeu perto de 80% (apesar dos dados atípicos de 1895).

Quadro 7 – Evolução do Número de Estabelecimentos Privados sobre o Total de Estabelecimentos segundo as Regiões

Anos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
1933	8	58	147	48	4	439
1935	11	48	160	36	4	420
1940	11	353	160	69	0	469
1945	10	76	215	89	1	620
1950	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1955	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1960	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1965	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1970(**)	0	57	478	80	16	1453
1975	2	49	490	90	14	860
1980	2	54	506	98	22	882
1985	2	43	476	87	20	858
1990	11	55	483	101	46	918

(*): 1950 a 1965 – Dados não disponíveis

(**): Dados referentes a 1973

Fonte: Ministério da Educação

O corte transversal, tomando-se os dados de 1990, é bastante elucidativo. Ordenando-se as regiões em termos de desenvolvimento econômico e populacional – Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste, Norte – obtém-se uma correlação quase perfeita dessa variável com a participação do setor privado no ensino superior da região.

Teríamos, nessa ordenação:

Sudeste	75,8%
Sul	53,2%
Nordeste	33,3%
C.Oeste	60,6%
Norte	27,8%

A exceção é a região Centro-Oeste. Neste caso, o enorme peso do setor privado explica-se, pelo menos em parte, pela inclusão do Distrito Federal na região, o qual, em virtude de sua importância nacional e da alta concentração das burocracias federais, tendeu a se tornar um grande pólo educacional, apresentando situação semelhante à da região Sudeste.

7. Tendências Recentes do Setor Privado

Segundo Geiger¹⁸, o ensino superior privado no Brasil se enquadraria no que ele define como *mass private sectors; essentially fulfill the role of accommodating the bulk of popular demand for higher education*. Os *mass private sectors* complementam os setores públicos que são relativamente pequenos, mais seletivos e fortemente voltados para as carreiras de elite. O autor analisa dois sistemas, o do Japão e o das Filipinas, ambos bastante extensos. O setor privado no Japão responde por 78% das matrículas, e o das Filipinas, 85%. Embora não o analise, Geiger inclui neste tipo o setor privado brasileiro, que absorve dois terços do total de matrículas de ensino superior.

A dimensão do setor privado de ensino superior em um país não é suficiente para transformá-lo em um *mass private sector*. Na Bélgica, por exemplo, em que pese a extensão de seu setor privado de ensino superior – a mesma que a do setor público – não se pode considerá-lo, segundo Geiger, como um *mass private sector*¹⁹. Uma das características principais dos *mass private sectors* é sua capacidade de se expandir rapidamente, mobilizando recursos privados, a fim de absorverem a demanda. Recuperando a história do ensino superior privado no Brasil, vemos que essa dinâmica expansionista surgiu somente na década de 70, muito mais tarde que nos países desenvolvidos. Embora tradicionalmente presente e com uma participação nas matrículas totais de ensino superior não desprezível, por mais de meio século, o ensino privado brasileiro teve uma dinâmica própria. As instituições confessionais criadas nos anos 40 resultaram de uma disputa entre elites laicas e religiosas a respeito do controle do ensino público, não se tratando, portanto, de uma expansão visando a demanda – mesmo porque esta era reduzida – mas uma alternativa de ensino às próprias elites.

A segunda característica do setor de massa é que ele, em sua velocidade de atender o mercado, perde em qualidade. Sua função é, primordialmente, a de atender à demanda crescente por certificados de terceiro grau – em grande escala, e de forma lucrativa – mais do que oferecer um ensino de qualidade. Esse alto dinamismo do setor privado em se adaptar à demanda é, com efeito, sua principal marca. Entretanto, diante da estagnação da demanda verificada desde os anos 80, o setor privado foi obrigado, de certa forma, a rever suas estratégias de crescimento, ou pelo menos de sobrevivência. A política expansionista traz agora novos ingredientes: há um visível processo de concentração, através da criação de universidades, mediante a incorporação de escolas isoladas privadas já em funcionamento, e preferência por regiões com potencial de desenvolvimento urbano-industrial.

A concentração que se dá hoje no setor privado é semelhante à que ocorreu no passado no setor público. Nos anos 70, no Estado de São Paulo, muitas instituições isoladas localizadas no interior foram incorporadas pela Universidade Estadual Paulista, a UNESP. Processo semelhante ocorrera nos anos 30 na ocasião da criação da USP, em São Paulo, e na década de 40, em âmbito nacional, com a incorporação de escolas públicas estaduais e federais isoladas e de escolas privadas

¹⁸ Geiger, 1986.

¹⁹ O setor privado na Bélgica não se expandiu, como no Japão, Filipinas e mesmo no Brasil, um pouco mais tarde, no pós-guerra, a fim de suprir a explosão de demanda por vagas de ensino superior. O sistema privado belga é, basicamente, confessional e suas origens se remontam ao próprio período de formação das universidades belgas.

nas novas universidades federais. A queda recente do número de estabelecimentos privados está associada a um processo similar. Nos últimos dez anos, o Conselho Federal de Educação aprovou a transformação de 18 faculdades particulares em universidades somente no Estado de São Paulo. Prevê-se que essa expansão do sistema universitário, à base de duas instituições por ano, pode se acelerar ainda mais. Em 1933, 97 instituições de ensino superior de todos os estados pleiteavam, junto ao Conselho, o *status* de universidade, sendo que 47 delas estão localizadas em São Paulo²⁰.

Uma outra tendência recente importante, que acompanha a expansão do ensino superior tanto público como privado, é a interiorização dos estabelecimentos de ensino.

O sistema de ensino superior, até o início da década de 60, estava praticamente restrito às capitais dos estados. A expansão das matrículas é seguida de um processo de descentralização. Instituições novas começam a ser fundadas em cidades médias. Esta tendência acompanha as modificações demográficas e econômicas, que nas duas últimas décadas, propiciaram um grande desenvolvimento de cidades de porte médio localizadas no interior dos estados, algumas das quais, inclusive, transformam-se em metrópoles.

O surto de desenvolvimento econômico e de urbanização tende a ser acompanhado de uma demanda crescente por ensino superior. O Estado de São Paulo é o exemplo mais completo desse processo de interiorização e, por esta razão, incluímos, em anexo, o resultado de pesquisas recentes realizadas neste estado, as quais parecem indicar uma tendência geral que ocorreu em todas as regiões. Os estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e da Paraíba exemplificam também esta tendência em diferentes versões. Em Minas Gerais, a interiorização dá-se mediante a expansão de instituições públicas federais. Na Paraíba, ocorre uma ampliação do ensino público estadual, o qual absorve instituições comunitárias. Em Santa Catarina e no Paraná, predominam as instituições particulares comunitárias. Por fim, em São Paulo, há um notável crescimento recente, no interior, de instituições privadas não-confessionais e não-comunitárias.

Essas novas tendências – a desconcentração regional e a adoção do formato universitário ou de federação de escolas – começaram a se tornar mais explícitas no final dos anos 80. Mais recentemente, outras duas novas preocupações têm se manifestado no interior do setor privado, ou pelo menos em alguns de seus setores mais dinâmicos. A primeira é uma política mais sistemática para atrair a clientela; a segunda, a discussão sobre a qualidade de seus serviços. Ambas preocupações parecem inaugurar uma terceira fase do setor privado no Brasil que, a exemplo de outros países – sobretudo do Japão – traduz antes uma política de diferenciação do próprio setor do que uma política de caráter expansionista *tout court*. Esta nova orientação surge no contexto de uma crise mais geral – de financiamento, de qualidade, de clientela – que, desde os anos 80 atinge o sistema de ensino superior no Brasil, e que não é exclusiva deste país²¹. Embora esses problemas tenham sido, originariamente, identificados no setor público, a crise de clientela tem um caráter

²⁰ “Goldemberg critica expansão desordenada do ensino superior”, *Jornal O Estado de São Paulo*, 4.07.93.

²¹ Klein e Sampaio, 1994.

mais geral e por isso preocupa tanto dirigentes de estabelecimentos públicos como privados.

De acordo com dados do Ministério da Educação, o sistema de ensino superior brasileiro manteve estável o número de universitários nos últimos dez anos em torno de 1,5 milhões²². Esta estagnação vem sendo discutida dentro e fora da universidade. Matéria do *Jornal do Brasil*²³ mostrava, já em 1991, que o declínio de matrícula e evasão escolar atingiram tanto as universidades públicas de alto prestígio como as escolas isoladas e particulares²⁴. A procura pela rede privada de ensino superior, que até o início dos anos 80 registravam uma média de cinco candidatos para cada vaga, caiu para a média de 2,5 por vaga²⁵.

Se, de um modo geral, as instituições públicas tendem a enfrentar o problema da estagnação da demanda revendo a própria concepção e papel da formação superior na sociedade contemporânea, o setor privado, para sua própria sobrevivência, reage com vistas à disputa pela clientela. Ao longo de trinta anos, a expansão do setor privado fez-se como resposta à demanda que emergia de diferentes setores da sociedade – mulheres, pessoas mais velhas em busca de uma maior formação, jovens cujas famílias não tinham tradição em formação de nível superior, etc.²⁶. Atualmente, o quadro não é o mesmo. A estagnação da demanda é uma realidade difícil de ser superada sem uma profunda reforma educacional no ensino básico que aumente o número de candidatos. As oportunidades de acesso à educação secundária no Brasil são muito desiguais e o jovem que frequenta um curso superior é aquele que conseguiu atravessar o estreito funil do sistema educacional²⁷. A clientela, portanto, é restrita, embora muito diversificada, o que sem dúvida deve afetar não só as políticas para o ensino superior, mas, especialmente, o comportamento do setor privado diante deste mercado. Uma pesquisa realizada recentemente com estudantes de diferentes cursos em instituições públicas e privadas

²² Dados do Ministério da Educação e Cultura (Ministério da Educação) para o ano de 1988.

²³ “Universidade vazia reflete descompasso com o mercado”, *Jornal do Brasil*, 17/02/1991.

²⁴ A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) perdeu 10 mil alunos na graduação entre 1985 e 1990. A Universidade de Brasília também teve uma queda no número de matrículas – de 9.270 em 1985 para 8.154 em 1989. Nesse mesmo período a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) passou de 14.236 para 13.462 matrículas. Na Universidade de São Paulo (USP), a queda foi proporcionalmente menor, mas ocorreu. No primeiro semestre de 1990, a USP contava com 33.601 alunos matriculados, 1.200 a menos do que em 1985. Mesmo as universidades que ganharam alunos, como a UNICAMP, não registraram índices significativos de crescimento: foram necessários dez anos para que o número de matrículas da UNICAMP aumentasse de 6 mil para 7.700. *Jornal do Brasil*, 17/02/1991.

²⁵ Entrevista com o vice-presidente da Associação de Mantenedoras das Universidades Privadas, professor Edson Franco.

²⁶ Schwartzman, 1992b. Para se ter uma idéia, no ano de 1960 havia 28.728 “alunos excedentes”, ou seja, estudante que haviam sido aprovados nos exames vestibulares para as universidades públicas mas não puderam ser admitidos por falta de vagas. Em 1969, o número de estudantes excluídos do sistema era da ordem de 161.527, o que levou à pressão pela ampliação do sistema, tanto público quanto privado, ocorrida nos anos posteriores. Martins, 1991.

²⁷ Atualmente, a percentagem de jovens entre 20 e 24 anos que cursam escolas superiores no Brasil é baixa (em torno de 10%), comparada não só com os países mais desenvolvidos, como com outros da América Latina (Chile e Argentina, por exemplo, apresentam índices da ordem de 18% e 39% respectivamente). Entretanto, se formas analisar essa situação face ao sistema nacional de educação, notar-se-á que uma taxa relativamente alta da população com educação secundária ingressa na universidade. A percentagem no Brasil é de 28%; na Espanha e na França, por exemplo, esse percentual se situa em torno de 33%.

na região de São Paulo e Campinas²⁸ revelou que a distinção entre os estudantes de estabelecimentos privados e estabelecimentos públicos são menos contrastantes do que em geral se supõe²⁹ e que no interior de ambos os setores encontra-se um estudantado muito diversificado. Alguns cursos caracterizam-se por uma clientela bastante homogênea do ponto de vista de renda, e outros recebem estudantes que se distribuem por todas as faixas de renda, ainda que essa distribuição não seja equilibrada. O recrutamento homogêneo tanto pode se dar nos estratos mais altos quanto em estratos mais baixos, dependendo da área da instituição e das facilidades que os cursos oferecem ou não para a incorporação dos estudantes. Carreiras homogêneas e heterogêneas podem ser identificadas tanto no setor público como no privado, sugerindo que os dois setores são menos contrastantes do que geralmente se supõe.

Algumas instituições privadas que disputam o mercado de ensino superior de uma forma mais agressiva reconhecem na clientela potencial essa diversidade, e fazem seu *marketing* educacional conforme essas diferenças. Uma rápida olhada sobre o material publicitário produzido por algumas destas instituições mostra este fato. O ensino superior não aparece mais como um serviço genérico à disposição no mercado; as instituições divulgam os cursos pelos quais são mais reconhecidas, sugerindo uma busca pela especialização. A qualidade dos encartes publicitários varia em função do prestígio social das carreiras, da escola, etc. O marketing é dirigido: fotografias, imagens, texto, enfim, o material gráfico é composto visando atingir parcelas muito específicas do público universitário e em última instância, as diferentes formas de ser jovem em nossa sociedade.

No que se refere à discussão em torno da qualidade do ensino, alguns segmentos do setor privado têm tentado reagir, ou pelo menos deixar de fazer vista grossa frente ao problema. Nos anos 70, no auge da expansão do sistema, a questão da qualidade do ensino superior colocava-se, grosso modo, nos seguintes termos: o governo militar, por meio de critérios frouxos de credenciamento, acabou beneficiando o setor privado de ensino superior, que tinha estritos propósitos empresariais. Simultaneamente a esse favorecimento, o governo respondeu, sem ônus, às pressões das classes médias pela ampliação de vagas de nível superior. A expansão do sistema fazia-se, assim, às custas da proliferação de escolas superiores de baixa qualidade. A crítica ao crescimento desregulado do setor privado das décadas anteriores e à sua baixa qualidade acadêmica era consensual e partia em bloco dos segmentos universitários, sobretudo do movimento estudantil, contra um alvo comum. Até o final dos anos 70 era como se o problema da qualidade atingisse

²⁸ Cardoso e Sampaio, 1994, pp. 30-50.

²⁹ Muito recentemente uma reportagem intitulada “Universidade vazia não é lugar de estudante pobre”, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, mostrava que no Brasil o ensino superior público não se destinava, como deveria, aos estudantes carentes. Ao contrário, em escolas como a USP, só os estudantes de camadas mais altas teriam acesso. Para ilustrar a matéria, a reportagem descrevia o cotidiano de dois estudantes, um caracterizado como rico e outro como pobre; o primeiro cursando a USP, o segundo a Universidade de Mogi das Cruzes. Embora essa situação seja em parte verdade, a mídia junto com alguns setores ligados ao ensino superior tem insistido nessa análise que leva a uma visão reducionista e caricatural do estudantado das instituições públicas e privadas do ensino superior no Brasil. A realidade é que, enquanto que cerca de um terço dos estudantes das universidades públicas se originam de setores sociais de alta renda e educação, um outro terço se origina de setores sociais menos privilegiados, em claro processo de ascensão social.

apenas o setor privado, uma vez que um dos objetivos da crítica era opor-se à política de fácil credenciamento que vigorou durante o regime militar.

A partir dos anos 80, a discussão sobre a qualidade ganha novos contornos. Deixa de ser vista como um problema externo (dos militares, dos “mercenários” da educação), e passa a ser percebida como um problema que existe no interior das próprias universidades públicas, que afeta as carreiras de seus professores mais qualificados e as perspectivas profissionais dos estudantes. Questões como a qualidade do ensino ou das pesquisas conduzidas no interior das instituições tornam-se objeto de constantes reflexões e propostas de políticas de avaliação para o sistema de ensino superior público. Mais de uma década após o aparecimento dessas preocupações no setor público, que acabaram mobilizando vários setores do ensino superior – burocratas, pesquisadores e organizações docentes – e alimentando muitas controvérsias tanto a respeito de questões de fundo – a própria questão da autonomia universitária, sobre o método de avaliar instituições – o problema da qualidade surge no interior do setor privado, ou pelo menos, de alguns de seus segmentos, em especial nas instituições localizadas nos grandes centros urbanos da região Sudeste. Um evento ilustrativo desta preocupação do setor privado é a realização anual, desde 1993, do Congresso Brasileiro da Qualidade no Ensino Superior, realizados pelo IBRAQS (Instituto Brasileiro de Qualidade em Serviços). Trata-se de uma iniciativa privada que reúne instituições ligadas ao ensino e à pesquisa e entidades de mantenedoras do ensino superior.

É oportuno, portanto, neste momento de grandes mudanças, estar atento aos conteúdos que estão sendo atribuídos, por parte destes setores do ensino privado, à idéia de qualidade a à de excelência de ensino e aos efeitos que essas novas preocupações podem trazer para uma parcela não desprezível das instituições particulares de ensino superior no Brasil.

Bibliografia

- Cardoso, R. C. L.; Sampaio, H. “Estudantes universitários e o trabalho”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS*, nº 26, 1994
- Cunha, L. A., *A Universidade Temporã*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1986.
- Durham, E. R., *Uma Política para o Ensino Superior*, Documento de Trabalho 2/93, Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior, Universidade de São Paulo, 1993a.
- Durham, E. R., “Introdução”, in: Rolin Kent (Org.), *Los Temas Críticos de la Educación Superior en América Latina: Análisis Comparativos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1994 (no prelo).
- Forachi, M. A., *A Juventude na Sociedade Moderna*, São Paulo, Pioneira, 1972
- Geiger, R. L., “Private sectors”, in: *Higher Education – Structure, Function and Change in Eight Countries*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1986.
- Klein, L.; Sampaio, Helena, “Políticas de Ensino Superior na América Latina – Uma Análise Comparada”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS*, nº 24, 1994.
- Levy, D., *Higher Education and The State in Latin America: Private Challenges to Public Dominance*, Chicago, University of Chicago Press, 1986.
- Martins, C. B., *Ensino Pago: um Retrato sem Retoques*, Coleção Teses, São Paulo, Global, 1981.
- Mendes, C., Castro, C. M. (Org.), *Qualidade, Expansão e Financiamento do Ensino Superior Privado*, Rio de Janeiro, EDUCAM/Conj. Univ. Cândido Mendes, 1984.
- Ministério da Educação e Cultura, *Ensino Superior – Coletânea de Legislação Básica*, INEP, Brasília, s/d.
- Schawrtzman, S.; Bonemy, H. M. B.; Costa, V. M. R., *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Edusp, 1984.
- Schawrtzman, S., *A Space for Science*, Penn: Pennsylvania State University Press, 1991b.
- Schawrtzman, S., “Brazil”, *Encyclopedia os Higher Education*, Pergamon Press, 1992.
- Teixeira, A., *O Ensino Superior no Brasil – Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.1969.